

[Webinsider]

Comportamento - Software Livre

Inclusão digital: o que é e a quem se destina?

12/05/2005 0:00

Por: Paulo Rebêlo (reportagem)

**Iniciativas como a do PC Conectado são louváveis
□ mas não é só entregar máquinas, conforme
bons e maus exemplos em outros países nos
ensinam. Veja aqui a opinião de vários autores
com quem conversamos.**

O termo “inclusão digital”, de tão usado, já se tornou um jargão. É comum ver empresas e governos falando em democratização do acesso e inclusão digital sem critérios e sem prestar atenção se a tal inclusão promove os efeitos desejados. O problema é que virou moda falar do assunto, ainda mais no Brasil, com tantas dificuldades - impostos, burocracia, educação - para facilitar o acesso aos computadores.

É que inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas.

Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-bá do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com ajuda daquele monstro de bits e bytes que de vez em quando trava.

O erro de interpretação é comum, porque muita gente acha que incluir digitalmente é colocar computadores na frente das pessoas e apenas ensiná-las a usar Windows e pacotes de escritório. A analogia errônea tende a irritar os especialistas e ajuda a propagar cenários surreais da chamada inclusão digital, como é o caso de comunidades ou escolas que recebem computadores novinhos em folha, mas que nunca são utilizados porque não há telefone para conectar à

internet ou porque faltam professores qualificados para repassar o conhecimento necessário.

Desde a década de 90, acadêmicos e especialistas em tecnologia da informação (TI) deram início a uma série de debates sobre um quadro preocupante e que pouco mudou: os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, estão perdendo o bonde da informação. Sem os meios necessários (computadores e laboratórios) e recursos apropriados (internet rápida, telecomunicações), esses países deixam para trás um amplo leque de opções para aquecer a economia e melhorar os baixos índices sociais.

Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-lo em benefício próprio e coletivo. Induzir a inclusão social a partir da digital ainda é um cenário pouco estudado no Brasil, mas tem à frente os bons resultados obtidos pelo CDI no País, cujas ações são reconhecidas e elogiadas mundialmente. Inclusive, por vários estudiosos consultados pela reportagem, que costumam classificar as ações do Comitê como exemplo em palestras mundo afora.

O presidente do CDIPE, Marcelo Fernandes, acha que agora é o momento para reflexões e críticas às atividades desenvolvidas, pois o Comitê está completando dez anos. “Nestes últimos anos, tivemos muitas conquistas e desafios. Agora é o momento para refletirmos sobre eles e prestarmos conta para a sociedade sobre as ações que realizamos”, adianta. Apesar da boa vontade, alguns empecilhos representam um grave problema à melhor socialização de comunidades carentes.

O coordenador-executivo do CDI-PE, Diego Garcez, elege a carência de infraestrutura como um dos piores obstáculos no Brasil e em Pernambuco. “Por exemplo, acontece de chegamos em uma comunidade de baixa renda e não termos como levar internet até lá, porque não há fiação telefônica ou instalação elétrica adequada,” cita.

Outro problema apontado por Garcez é a baixa escolaridade dos instrutores, que às vezes são os jovens da própria comunidade. E é justamente aí que entra o papel da inclusão digital como indutor à inclusão social. Chico Science já dizia que os computadores fazem arte. Os especialistas concordam e acrescentam: também fazem cidadania.

É preciso focar o crescimento social

Pensadores como Manuel Castells, um dos ícones nos estudos sociais a partir de novas tecnologias, pondera que a sociedade está passando por uma revolução informacional que pode ser comparada às grandes guinadas da História. Na clássica trilogia “*A Era da Informação*”, o autor é enfático em mesclar economia, cultura e informação a partir de uma inclusão digital de verdade.

Muitos imaginam que, em países pobres, não se deveria nem falar em inclusão digital enquanto há pessoas com fome e desempregadas na rua. O problema é que são as nações pobres as quais, justamente, costumam se beneficiar melhor das ações includentes.

Mark Warschauer, professor na Universidade da Califórnia e integrante do Centro de Estudos em TI e Organizações (CRITO, do inglês), descreve que em países como o Brasil, a inclusão digital precisa ser acentuada com mais prática e menos teoria.

O pensamento é compartilhado por William Mitchell, autor do livro E-Topia, que também se dedica a estudar o impacto social via inclusão digital. “Comunidades de baixa renda tendem a atrair menos investimentos em infra-estruturas de telecomunicações e tecnologias, gerando menos motivação de empresas e governos. Em lugares assim, há um risco óbvio de diminuir ainda mais as ofertas de bons empregos e serviços para todos daquela comunidade,” enfatiza Mitchell, em um cenário bastante conhecido no Brasil.

O professor Adilson Cabral, doutorando em Comunicação Social e estudioso do tema, considera até impreciso utilizar o termo inclusão digital atualmente, porque não mostra à sociedade o contexto social envolvido na questão. “Preferimos a idéia de apropriação social das tecnologias de informação e comunicação (TIC), cuja relação direta é a tomada de consciência e cidadania nas comunidades”, explica.

Ele critica a atuação de muitos laboratórios públicos de informática, alguns chamados de “telecentros”, porque muitas vezes os próprios organizadores não têm noção de objetivos e propósitos na hora de ensinar pessoas a usar o computador. “Não adianta apenas oferecer acesso à internet e editor de textos. A gente precisa transformar a perspectiva de vida das pessoas, buscar soluções práticas que melhorem a vida desses novos usuários”, sugere Cabral.

A crítica é compartilhada por Warschauer, que durante a última visita ao Brasil, ficou espantado com a falta de objetivos claros dos inúmeros telecentros instalados pelos governos nas cidades, especialmente em São Paulo, embora tenha elogiado bastante as atividades do CDI.

Computadores como fonte de renda e cidadania

Há uma série de iniciativas de inclusão digital que merecem destaque nos chamados “países pobres”, que ilustram como o acesso às tecnologias e uma pitada de boa vontade podem mudar um cenário de pobreza.

Em Honduras, uma ONG instalou estações de trabalho em comunidades rurais, cujos computadores funcionavam por energia solar, já que não havia energia elétrica naquela área. Também não havia infra-estrutura de telecomunicações, ou seja, nada de telefones ou conexões à internet. Então começaram a usar conexão via satélite, cujo valor ainda é bem alto. Ocorre que toda a parafernália pode se tornar auto-sustentável, com a própria comunidade arcando os custos de manutenção.

Após o pontapé inicial - ensinando as pessoas a usar as ferramentas e como tirar proveito delas - os agricultores e artesões começaram a vender seus trabalhos pela internet. Jovens da comunidade ainda conseguem usar salas de bate-papo

para ensinar espanhol a europeus.

A Índia é um país—ícone quando se fala de tecnologia, mas é bom lembrar que também representa uma nação com terríveis índices de pobreza e desigualdade. Hoje, aquele país exporta software e exímios especialistas em tecnologia, cobiçados pelos países ricos e contratados a peso de ouro.

Parece incrível, mas os números sociais da Índia são piores do que no Brasil. De acordo com dados divulgados pelo governo, apenas 0,5% da Índia está conectada à web. Com uma população beirando um bilhão de pessoas, parece muita gente, mas em termos relativos está longe de chegar aos 11% que existe no Brasil, segundo o Ibope/ Netratings. No setor de telefonia, a Índia tem apenas 2,2 linhas telefônicas para cada cem habitantes, em média.

Outro exemplo é a Costa Rica, um país com a economia baseada em agricultura. Hoje, exporta mais circuitos integrados (chips) do que produtos agrícolas, uma situação impensável anos atrás. O país carrega o apelido de □República do Silício□, pois hospeda uma fábrica da Intel desde 1998.

Na época, a gigante dos processadores sondou o Brasil, mas impostos e burocracia fizeram a empresa procurar outro lugar □ informação confirmada pelo próprio presidente da Intel, durante sua última visita ao Brasil. Em 1999, os chips da Intel já eram responsáveis por metade dos 8,4% de crescimento no PIB e por 37% das exportações costa—riquenhas. Uma façanha.

Tailândia, Filipinas, China, África do Sul. O ponto em comum entre as iniciativas é a mesma base: o computador é uma ótima diversão, mas também é uma fonte de renda e de cidadania. Mark Waschauer se mostra descrente, contudo, com o populismo que alguns governos de países em desenvolvimento fazem com a inclusão digital. Brasil incluso.

Entrevista: Mark Warschauer

Mark Warschauer é professor de Educação e de Informação & Ciência da Computação na Universidade da Califórnia, além de fazer parte do Centro de Estudos em Tecnologia da Informação e Organizações.

Há anos estudando o impacto social das ações de inclusão digital em países da América Latina, ele já esteve mais de uma vez no Brasil para conhecer as atividades do CDI, dos Telecentros em São Paulo e de outros projetos paralelos. Autor do livro “Tecnologia e Inclusão Social: repensando a divisória digital”, ele também edita o periódico Aprendizado de Linguagem & Tecnologia e nos concedeu esta entrevista exclusiva.

- Quais os projetos brasileiros de inclusão digital que você mais conhece?

- Para elaborar o livro, viajei para o Brasil e conheci bastante o Sampa.org, o CDI, o Projeto Clicar e alguns telecentros do Governo de São Paulo. Fiquei particularmente impressionado com o trabalho do CDI, pois há muita coisa ali que

realmente funciona e são bem atraentes. Primeiro, porque eles estão conseguindo atingir locais e comunidades onde há, de fato, uma necessidade de inclusão digital. Segundo, conseguem recursos de várias fontes, induzindo à inclusão social de jovens pela digital.

- É possível falar em inclusão digital em um País como o Brasil, onde os índices sociais são baixos, a economia é desigual e o desemprego é gritante? Projetos de computadores populares, como ocorre há anos por aqui sem sair do papel, funcionam?

- Depende. Os projetos de inclusão digital são de extremo valor para melhorar esses índices, desde que coordenados de forma apropriada, sem populismos e sem discursos vazios. Por outro lado, a idéia tipicamente governamental de empurrar computadores em todas as casas pode ser um tiro no pé e gerar um efeito exatamente contrário à melhoria social. O Brasil não é a única nação do mundo a tentar fazer isso, então, deveriam olhar o que foi feito lá fora, em cenários semelhantes, para não cometerem os mesmos erros.

- Como assim?

- Empurrar computadores nas casas apenas com incentivos governamentais não é produtivo, porque o dinheiro investido na idéia poderia ser utilizado em projetos de economia social e desenvolvimento, os quais podem envolver tecnologia ou não. Mas vender computador por vender, independente do preço, não melhora a qualidade de vida de ninguém. O acesso à ferramenta [computador] é importante, porém, com um sentido mais amplo e coletivo de melhoria social.

- E qual seria a solução?

- O acesso às mídias digitais não é uma exclusividade da elite. Há vários caminhos de melhorar o cenário atual de exclusão, com relações custo/benefício razoáveis. A instalação de computadores nas escolas, por exemplo, é uma das alternativas que se mostraram mundialmente eficientes nos países em desenvolvimento - desde que seja levada a sério, com instrutores, equipamentos funcionando e diretrizes claras. São essas as grandes dificuldades. Em geral, o pessoal envia os computadores, discursa, sai no jornal e pronto. Cada um que se vire. Com diretrizes sérias, o aluno não apenas aprende o que tem que aprender na sala de aula, mas também sai da escola com um ofício. A longo prazo, é notória a inclusão social que ações assim podem gerar.

Projetos só mudam de nome

Em março deste ano, o Governo publicou no Diário Oficial da União o decreto que constitui a coordenação nacional do Casa Brasil, um projeto que reúne todas as iniciativas governamentais de inclusão digital. O problema é que as idéias por trás do Casa Brasil têm circulado desde 2003, sem nada concreto. Antes deles, projetos com nomes diferentes já existiam, sempre no papel.

É uma situação similar ao que ocorre com o projeto do PC Conectado, um computador popular para pessoas de baixa renda. O conceito não tem nada de

novo. De acordo com informações da Agência Brasil, o projeto Casa Brasil de agora quer estabelecer as diretrizes e os critérios de seleção das localidades que serão beneficiadas com recursos federais, além de acompanhar a implementação.

Em entrevista à agência, o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Sérgio Amadeu, considerou o decreto como o reconhecimento que a inclusão digital deve ser uma política pública relevante. O Instituto é o maior parceiro do governo no PC Conectado, adiado pela terceira vez em apenas três meses. **[Webinsider]** (com Folha de Pernambuco)

.

Sobre o Autor

Paulo Rebêlo (rebelo@webinsider.com.br) é subeditor do **Webinsider**.

Url original: **<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>**

Publicada em: **12/05/2005 0:00**

Impresso em: **02/10/2006**

[editor] vtardin@webinsider.com.br